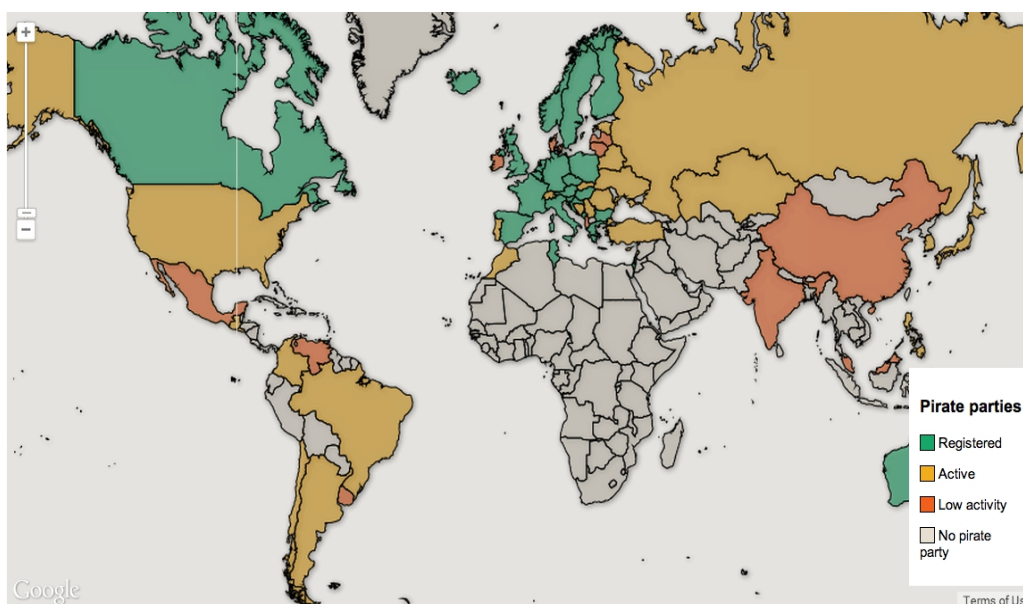


A política dos piratas: Tecnologias, direitos digitais e novas identidades políticas na Sociedade da Informação

Rodrigo Saturnino
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - ICS-UL

O código-fonte

Como anuncia o título da minha comunicação, vou falar sobre os piratas que fundaram um partido político. O primeiro Partido Pirata surgiu na Suécia em 2006 e marca a transição da chamada pirataria digital para a política institucional. O seu surgimento foi incentivado por três situações: 1) A criação, em 2003, de uma organização anti-pirataria para combater as partilhas de conteúdos através da redes P2P; 2) o ativismo do *Piratbyran* (de onde surgiu o *tracker* mais famoso do mundo, o *The Pirate Bay*), um coletivo criado para fazer oposição à mesma organização, marcadamente disposto a incluir o debate sobre o *copyright* na agenda pública e 3) um projeto de lei do ministro sueco Thomas Bodström, em 2005, com o objetivo de intensificar as medidas de controle e monitoramento da Internet. No mesmo ano e a partir da iniciativa do seu fundador Rick Falkvinge, diversos países da Europa, como a Alemanha, a França, a Dinamarca, a Espanha, a Holanda, entre outros, fundaram o seu próprio partido. Hoje, mais de 60 países participam do movimento, conforme podemos ver no mapa abaixo.



Piratas no Mundo. Fonte: *Pirate Times* (última atualização 02.12.2014)

Os piratas da Suécia foram às eleições no mesmo ano de fundação. Não obtiveram vitórias. Em 2009 concorreram ao Parlamento Europeu e pela primeira vez elegeram dois eurodeputados ao receber 7,13% (214.313 mil) do total de votos válidos. Em 2011, os piratas da Alemanha foram às urnas e elegeram 15 deputados regionais. Em 2012, voltaram a conseguir mais vitórias pelo país e hoje representam o caso de maior sucesso ao nível de piratas eleitos. Em 2013, na Islândia os piratas, pela primeira vez, elegeram três deputados no nível nacional. Em 2014, nas disputas europeias apenas os piratas da Alemanha obtiveram resultados favoráveis ao eleger uma eurodeputada. O quadro geral abaixo nos dá uma ideia da gradativa penetração dos piratas no espectro político.

País	Nível estadual	Nível municipal	Nível nacional	Nível europeu	Total de eleitos
Alemanha	45	201	0	01	247
Suécia	0	0	0	02	02
República Checa	0	03	01		03
Áustria	0	02	0	0	02
Croácia	0	02	0	0	02
França	0	02	0	0	02
Islândia	0	01	03	0	04
Holanda	0	01	0	0	01
Suíça	0	02	0	0	02

Representação Global do Partido Pirata / 2009 – 2014

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Pirate_Parties, acesso em 01 de Julho de 2014

O que um Partido Pirata defende?

As bandeiras partilhadas pelos piratas são: 1) reformar das leis de direitos autorais e de patentes; 2) preservar o direito ao anonimato e à privacidade; 3) implantar um sistema democrático representativo com apoio das tecnologias e 4) promover um Estado transparente.

E em Portugal existe?

Sim, existe desde 2009 na forma de um movimento social para a sua fundação e foi formado, inicialmente, por alunos de Engenharia Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Hoje, o movimento mantém a atividade através de um pequeno grupo de pessoas de diferentes áreas a trabalharem, de modo voluntário, para sua consolidação. Em 2013, o movimento adquiriu um estatuto jurídico, passando a existir na forma de uma associação. O

Movimento “obedece” à dinâmica dos demais partidos: Uma logomarca comum, um nome comum, uma luta comum, uma causa comum e uma identidade política comum. Apesar da baixa adesão dos portugueses, a sua existência representa uma demarcação no campo do ativismo político, mantendo-se, desta forma, como a referência portuguesa a representar o ideário da política dos piratas no país.



Logomarcas de alguns Partidos Piratas

O vírus político: Algumas estruturas de sentido da prática dos piratas

Do ponto de vista analítico, podemos pensar o projeto de institucionalização do Partido Pirata como um marco na história da Internet através da entrada de um grupo, até então, com pouca projeção política (pensando na comunidade dos chamados *hackers*, *nerds* e *geeks*) na esfera partidária. Um grupo orientado pela defesa de projetos próprios e pela consecução dos seus interesses até que estes sejam incluídos na forma de instrumentos legais que preservem tais práticas como direitos constituídos.

Esta constatação ajuda-nos a pensar na mobilização dos piratas através de duas chaves analíticas: trata-se de um movimento que se divide entre o caráter transitório-reinvidicativo, como no caso português, e o burocrático-partidário. Nas duas formas, a institucionalização do seu *ativismo digital* revela-se por meio da transformação dos direitos autorais em um problema político e do campo da cultura em um espaço de luta política. Isso leva-nos a acreditar que tal institucionalização pode ser considerada como um efeito sensível de resistência às novas estruturas de poder que se têm afirmado pelo controle dos modos de distribuição e de circulação da informação no âmbito do digital.

Valendo-nos da proposta teórica de Mouffe (1999), a dimensão pluralista do *político* e da *política*, (o político como modo de vida, ou seja, como um projeto *agonístico* que se insere no campo da autonomia dos sujeitos e a política como um modo exclusivo de participação sistêmica no mundo das leis, ou seja, conectada à forma partidarista) serve para iluminar a compreensão do desdobramento das suas práticas.

O que faz o Partido Pirata é abrir e legitimar um espaço de afirmação identitária no espectro democrático através da inserção de um conjunto de sujeitos até agora considerados *apolíticos* no campo da mobilização partidária. E os piratas protagonizam a sua luta a partir da busca por reconhecimento social de novos direitos: o direito a partilhar livremente a cultura e o conhecimento para fins privados; o direito à privacidade, ao esquecimento, ao anonimato. É uma luta que se orienta pela afirmação destes direitos como estilo de vida (o político) e ponto de partida para o exercício de um agenciamento partidário especializado (a política). Esta luta, no dizer de Mouffe (1999), é antagônica. A dimensão do que há de político nos piratas conflitua-se com a dimensão do que há de burocrático na institucionalização. Na agonia que se forma entre os ativismos e os partidarismos, os piratas procuram promover a sua identidade a partir de uma constelação de práticas de afirmação, de representação e de encenação social. Neste sentido, a política dos piratas singulariza-se por uma aposta que incide na reforma de campos decisivos para as sociedades digitais, como da propriedade intelectual, do acesso à cultura e ao conhecimento, da liberdade de expressão, mas também na descolonização e na renovação do campo da política como espaço circunspecto e colonizador das subjetividades.

Tratar com graça aquilo que é considerado sério assinala-se como uma marca identitária dos piratas. Excessos neo-barrocos são traduzidos como manifesto de um protagonismo que se pontua por um projeto personalizado de política para os mundos digitais, quiçá um esquema demasiadamente utópico que pretende contaminar todas as áreas da vida. Uma ideologia pirata orienta-se por políticas de rompimento de monopólios. Assim, o programa de uma sociedade em que a informação, a cultura e o conhecimento devem ser livres, deve sistematizar também outras formas de liberdades. Há de existir uma política pirata para a sexualidade, para a imigração, para o uso de drogas. Uma lei contra o racismo, contra o autoritarismo, etc. Uma perspectiva pirata para novos eleitores.



Material de campanha eleitoral do Partido Pirata de Berlim



As 18 leis piratas do Partido Pirata do Brasil

O exercício político que promovem e o avanço silencioso em que executam os seus objetivos, parece reverberar-se a partir do desdobrar da sua política de vida. Este movimento de ondas taciturnas e anti-sistêmicas, caracteriza-se pelo exercício de uma autonomia coletiva, desencadeando, desta forma, uma nova constelação de poder. Fazem valer o caráter amador da sua luta política como recurso para elaborar estratégias de negação das estruturas imperativas e para criar modos de participação política que tentam ultrapassar o modelo convencional de compreensão daquilo que normalmente é considerado como política.

O Partido Pirata representa uma forma singular de resistência que se contrapõe à invasão da intimidade que as sociedades contemporâneas passaram a experimentar com o desenvolvimento social baseado em uma economia informacional. Há de se considerar, antes de terminar, que o Partido Pirata é um movimento incipiente, precário e, em certa medida, contingente. Pode ser considerado como a tentativa de ruptura com as políticas de controle da informação, como também pode representar a cimentação de uma lógica capitalista baseada no consumo de volumes.

No campo da fabricação de leis, os resultados ainda se restringem à sua ação de militância no interior dos parlamentos. Neste sentido, ainda sem força política suficiente para assinarem as próprias leis, seguem como um vírus político criado para se espalhar, executar efeitos indesejáveis e até mesmo para provocar a destruição total de tudo aquilo que consideram ser uma ameaça aos direitos que defendem. A ver até onde vai o dano no sistema vigente e até que ponto o estrago se constitui em cisões ou em continuidades.



Piratas alemães no Parlamento de Berlim durante a primeira reunião do mandato iniciado em 2012 . (Fotos: Esquerda: Andreas Rentz/Getty Images Europe; Direita: Spiegel Online/Photo Gallery, 2012)

Referências Bibliográficas citadas:

Mouffe, Chantal. 1999. *El Retorno de lo político: comunidade, cidadania, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós.

Melucci, Alberto. 1996. *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.